

A RELEVÂNCIA E OPERACIONALIZAÇÃO DO DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL POR MEIO DE INDICADORES EM EMPRESAS EÓLICAS DO SUL DO BRASIL

LA RELEVANCIA Y OPERACIONALIZACIÓN DEL DESEMPEÑO SOCIOAMBIENTAL A TRAVÉS DE INDICADORES EN EMPRESAS EÓLICAS DEL SUR DE BRASIL

THE RELEVANCE AND OPERATION OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PERFORMANCE THROUGH INDICATORS IN WIND COMPANIES IN SOUTHERN BRAZIL

Nilzo Ivo Ladwig¹; Fátima Terezinha Silva Santos²; Jose Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra³; Mauricio Andrade de Lima⁴

1. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) – ladwignilzo11@gmail.com
2. Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) – UNESC - fatadv@terra.com.br
3. Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL); Centro de Desenvolvimento Sustentável/Grupo de Pesquisa em Eficiência Energética e Sustentabilidade (GREENS); Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance, (CEENRG), Universidade de Cambridge, Cambridge, Reino Unido - jose.baltazarguerra@animaeducacao.com.br
4. Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Sociedade – PPGDS - mauricioadelima@icloud.com

PALAVRAS-CHAVE

Desempenho Socioambiental; Energia eólica; Avaliação de desempenho; Indicadores de desempenho; Relatório Socioambiental.

PALABRAS CLAVE

Desempeño Social y Ambiental; Energía eólica; Evaluación del desempeño; Indicadores de desempeño; Informe Social y Ambiental.

KEY WORDS

Social and Environmental Performance; Wind energy; Performance evaluation; Performance indicators; Social and Environmental.

RESUMO

Indicadores de desempenho sustentável são ferramentas utilizadas pelas empresas para medir, avaliar e tomar decisões corporativas de interesse público. O objetivo deste artigo é analisar a relevância e operacionalização dos indicadores socioambientais de cinco empresas de energia eólica da região Sul

do Brasil. A amostra contemplou os relatórios de sustentabilidade, ano 2017, segundo padrões Global Reporting Initiative (GRI 4). A abordagem deu-se pela análise documental do conteúdo quantitativo e qualitativo dos dados, aplicando os métodos de Análise de Conteúdo de Bardin e Processo Hierárquico Analítico (AHP) desenvolvido por Saaty na década de 1970. No estudo, foi observada a priorização e classificação dos indicadores de cada empresa, sendo organizados por pesos de maior para menor relevância, bem como, sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O resultado na dimensão social foi de 83,3% e na dimensão ambiental 16,7%, demonstrando que as empresas avaliadas priorizaram o social em detrimento do ambiental. Como conclusão, o estudo sugere que os relatórios precisam ser mais significativos uma vez que se atravessa por uma nova ordem empresarial global. Os negócios só se tornarão viáveis se forem direcionados para repensar novos compromissos, com investimentos mais sustentáveis e com criação de impactos positivos para os stakeholders.

RESUMEN

Los indicadores de desempeño sostenible son herramientas utilizadas por las empresas para medir, evaluar y tomar decisiones corporativas de interés público. El objetivo de este artículo es analizar la pertinencia y la operacionalización de los indicadores socioambientales de cinco empresas de energía eólica en la región sur de Brasil. La muestra incluyó reportes de sustentabilidad, año 2017, según estándares de Global Reporting Initiative (GRI 4). El abordaje se basó en el análisis documental del contenido cuantitativo y cualitativo de los datos, aplicando los métodos de Análisis de Contenido de Bardin y Proceso Analítico Jerárquico (AHP) desarrollado por Saaty en la década de 1970. En el estudio, la priorización y clasificación de indicadores de cada empresa, organizándose por pesos de mayor a menor relevancia, así como su relación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). El resultado en la dimensión social fue de 83,3% y en la dimensión ambiental de 16,7%, demostrando que las empresas evaluadas priorizaron lo social en detrimento de lo ambiental. En conclusión, el estudio sugiere que los informes deben ser más significativos a medida que avanzamos en un nuevo orden comercial global. Los negocios solo serán viables si se les encamina a repensar nuevos compromisos, con inversiones más sostenibles y generando impactos positivos para los stakeholders.

ABSTRACT

Sustainable performance indicators are tools used by companies to measure, evaluate and make corporate decisions in the public interest. The aim of this article is to analyze the relevance and operationalization of the socio-environmental indicators of five wind energy companies in southern Brazil. The sample included sustainability reports, year 2017, according to the standards of the Global Reporting Initiative (GRI 4). The approach was based on documentary analysis of the quantitative and qualitative content of the data, applying the methods of Content Analysis of Bardin and Analytical Hierarchical Process (AHP) developed by Saaty in the 1970s. indicators of each company, being organized by weights from greatest to least relevance, as well as their relationship with the Sustainable Development Goals (SDGs). The result in the social dimension was 83.3% and in the environmental dimension 16.7%, demonstrating that the companies evaluated prioritized the social to the detriment of the environmental. In conclusion, the study suggests that reporting needs to be more meaningful as a new global business order is traversed. Businesses will only become viable if they are guided to rethink new commitments, with more sustainable investments and generating positive impacts for stakeholders.

1 INTRODUÇÃO

A demanda por energia renovável teve um aumento considerável a partir dos anos 90. A energia eólica tornou-se um investimento atraente, pois além de ser de baixo custo, ela proporciona maior rentabilidade financeira em relação aos riscos oferecidos pelas energias convencionais. Muitas empresas, que começaram a explorar fontes renováveis, estabeleceram compromissos com o meio ambiente em seus planejamentos estratégicos. Portanto, exigência de relatórios de responsabilidade corporativa está sendo cada vez mais relevante no mundo corporativo. Notadamente, tanto as iniciativas de responsabilidade social interna quanto externa, visam caracterizar o desempenho social, bem como, o desempenho ambiental no âmbito empresarial. A atuação responsável se dá com a gestão sustentável dos impactos das atividades sobre as comunidades onde atuam as empresas (CLARKSON et al, 2013; RADHOUANE et al, 2018; BOSSEL 2003; AGENDA 21, 1995, p.465; OCDE, 2002, p.207; GOEL 2014).

Segundo o Núcleo de Estudos Estratégicos de Energia (MME/SPE, 2014), a produção de energia eólica no Brasil recebe incentivos. Entre eles, há o convênio Confaz 101/97, que isenta do ICMS as operações com equipamentos e componentes de aproveitamento da energia solar e eólica, vigente até 2021. Há também as portarias 274 e 310, que preveem a suspensão de PIS/Confins sobre projetos de infraestrutura. Nas tarifas de transmissão e distribuição, a Lei 10.762/2003, regulamentada pela Resolução Normativa 77/2004 da ANEEL, permite desconto de 50% para empreendimentos de geração por PCH, biomassa, solar e eólica. Na área de financiamento também há a incentivadora linha do Finame. O Brasil possui 619 usinas instaladas, com capacidade de 15,4 GW. Em 2017 o Brasil tornou-se o 8o maior gerador de energia eólica do mundo, à frente de países como Canadá e Itália. Além dos benefícios já citados, no Brasil, a energia eólica é responsável por um dos maiores custo-benefício na tarifa de energia, gera renda e melhoria de vida para proprietários de terra com arrendamento para colocação das torres, permite que o proprietário da terra siga com plantações ou criação de animais e permite a capacitação de mão de obra local (ABEEOLICA, 2019).

Os relatórios para serem confiáveis devem ser compreensíveis para os seus leitores e apresentar um conteúdo transparente que os torne mais credíveis (LOCK e SEELE, 2016). Com esse intuito, foram criados padrões globais para as empresas identificar, gerenciar e relatar os temas mais importantes de sustentabilidade em seus relatórios. Os padrões Global Reporting Initiative - GRI nos relatórios de sustentabilidade ajudam as empresas a “relatarem suas práticas empresariais responsáveis e atender às necessidades de seus acionistas e partes interessadas” (GRI, 2018, p.03). Os padrões de relatórios de sustentabilidade desenvolvidos pelo GRI estão estruturados por normas

em Grupos de Padrões Universais (Universal Standards) e por Padrões de Tópicos específicos (Topic-specific standards). Esses padrões apresentam uma estrutura modular inter-relacionadas fornecendo orientações para a organização produzir tópicos específicos e uma linguagem simplificada que favorece a empresa distinguir o que é obrigada a relatar e o que é uma mera recomendação (GRI, 2016).

As normas universais do GRI estão estruturadas na chamada Série 100 que inclui três padrões: GRI 101 (que define o conteúdo e a qualidade do relatório), GRI 102 (que relata informações contextuais sobre a organização e suas práticas de relato de sustentabilidade) e GRI 103 (que permite que a organização relate o motivo pelo qual o tópico é material, onde ocorrem os impactos e como a organização o gerencia). Por Padrões de Tópicos Específicos organizados nas Séries 200 (dimensão econômica), 300 (dimensão ambiental) e 400 (dimensão social). Os padrões universais divulgam informações gerais das organizações e da abordagem da gestão da sustentabilidade. Os tópicos específicos das três dimensões estão agrupados em 33 normas onde há a divulgação das informações quantitativas e qualitativas que encontram equivalência com os temas materiais relatados pelas corporações (GRI, 2016).

Por conseguinte, é preciso desenvolver indicadores do desenvolvimento sustentável para tomada de decisões econômicas, sociais e ambientais, e que propiciem uma análise das políticas de meio ambiente e na avaliação de resultados. Segundo a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2002, p.207), “[...] os indicadores não permitem mensurar mecanicamente os desempenhos ambientais. Eles devem ser completados por informações gerais, analisados e interpretados”. Então, avaliar o desempenho ambiental e social de empresas de energia eólica em escala local, por meio de indicadores, constitui uma ferramenta para monitorar e acompanhar, tanto o progresso alcançado nas políticas sociais e ambientais, como instrumento que contribui para a transparência e responsabilização pelos impactos das ações na promoção do desenvolvimento sustentável (HAMEDINGER et al., 2003; BELLEN, 2006; LEHTONEN, 2013; SÉBASTIEN et al., 2014).

Diante da possibilidade dos relatórios de sustentabilidade reorganizar e planejar a gestão das organizações e em direção de maior transparência e efetividade de suas ações para com o desenvolvimento sustentável e considerando a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre um tema inserido em um contexto competitivo e com intensa regulação estatal, decidiu-se por realizar o presente estudo com a seguinte pergunta de pesquisa: A elaboração de relatórios de sustentabilidade,

das empresas de energia eólica, segue os padrões internacionais, como o GRI e estão em sintonia com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?

A partir do que foi relatado e considerando a importância da sustentabilidade por parte das empresas foi definido o objetivo de analisar a relevância e operacionalidade dos indicadores socioambientais com base nas diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI 4 em cinco empresas de energia eólica da Região Sul do Brasil.

A pesquisa possui a sua estrutura, além introdução, onde é apresentada a dimensão do trabalho, apresenta na segunda seção os procedimentos metodológicos com a descrição e abordagem da pesquisa, métodos e modos de investigação, definições e técnicas adotadas. Na terceira seção são apresentados os resultados a partir da aplicação da Análise de Conteúdo de Bardin e do Método de Análise Hierárquica de Saaty. A aplicação da Análise de Conteúdo se dá, nos objetivos centrais e matriz de materialidade dos relatórios, tanto nas dimensões ambiental e social. A Análise Hierárquica tem sua execução junto aos temas materiais e aos indicadores de sustentabilidade das empresas pesquisadas. Os achados são apresentados com sustentação teórica e articulação com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). Na quarta seção são feitas as discussões onde se estabelece relações entre os dados e os resultados alinhados aos objetivos e pressupostos embasados na literatura referenciada na pesquisa. Por último, são apresentadas as considerações finais onde se destacam as conclusões, limites da pesquisa e recomendações para futuras pesquisas e, ao final, as referências bibliográficas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa consta de uma análise documental do conteúdo quantitativo e qualitativo dos dados inseridos nos relatórios das empresas: Eletrobras, COPEL/PR, CPFL Renováveis, Elecnor/Enerfin e EDP/Brasil). A análise foi feita com a aplicação dos métodos de Análise de Conteúdo de Bardin (2004), e Processo Hierárquico Analítico (AHP) concebido por Saaty (1980) com o uso da ferramenta Expert Choice®.

A análise de conteúdo de Bardin proporcionou a classificação e a categorização do conteúdo dos relatórios em seus elementos-chave, tanto nas dimensões ambiental, como social. O objetivo da análise de conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2004, p.46). A análise organizou o conteúdo dos relatórios pela frequência (índices quantitativos) que aparecem nos documentos, com codificação, classificação e categorização das

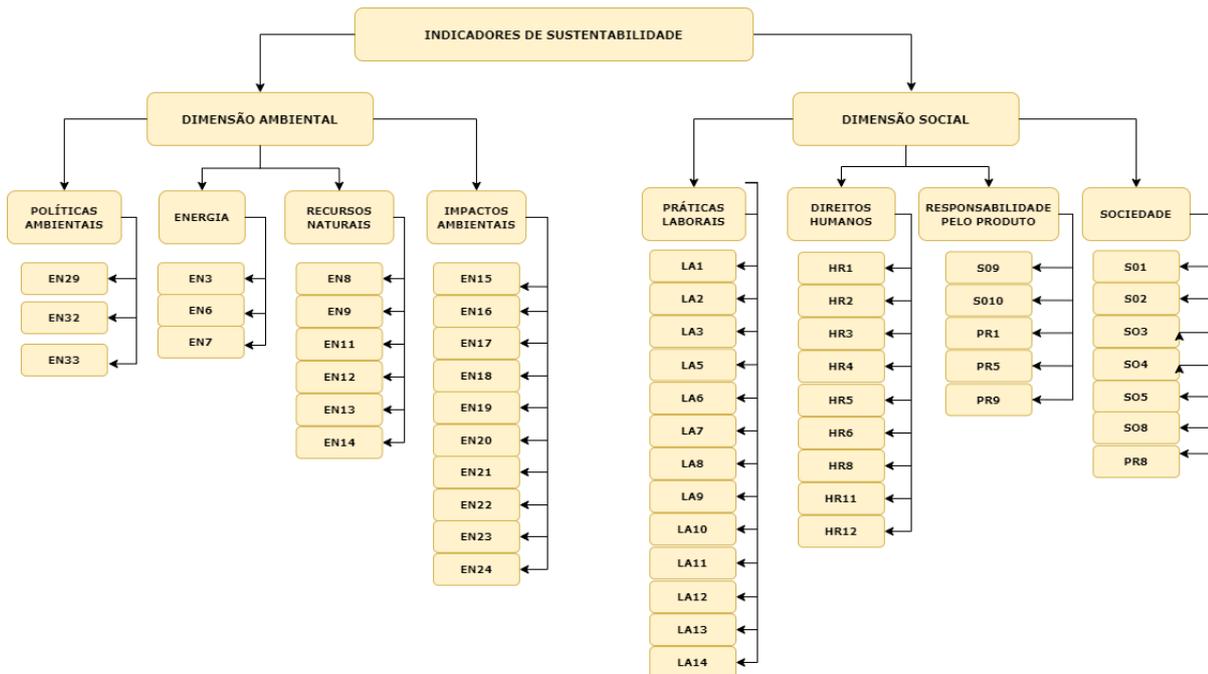
informações. A partir da categorização faz-se a análise qualitativa, pois segundo Trivinos (1987, p.162), “[...não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem...], nessa perspectiva ele poderá [...descobrir ideologias, tendências etc. das características dos fenômenos sociais que se analisam...], que [...é dinâmico, estrutural e histórico].

O Processo Hierárquico Analítico (AHP), foi aplicado aos indicadores dos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas com o objetivo de desvendar dados ou estruturá-los quando não estão disponíveis. Tem por fundamento a análise hierárquica de problemas complexos com a decomposição em subproblemas. Após estruturada a hierarquia foram determinadas as prioridades dos elementos de cada nível. Para chegar-se aos resultados foram feitas as comparações pareadas entre os níveis de hierarquia (ex: categoria A é mais importante que a subcategoria B). Ao final as preferências são quantificadas chegando-se a uma matriz de classificação para cada nível da hierarquia. O resultado é um modelo de preferências numéricas que auxiliam os tomadores de decisão na organização, previsão e avaliação das ações mais adequadas para consecução dos objetivos propostos.

O estudo identificou um total de 68 indicadores, sendo 25 indicadores ambientais e 43 sociais relatados nos relatórios das cinco empresas analisadas. Os indicadores de sustentabilidade selecionados foram processados em termos de percentual e medidos pela frequência com que foram relatados. Ao final, a seleção ficou estruturada com 22 indicadores ambientais e 34 sociais pois houve a exclusão de 12 indicadores que foram mencionados apenas uma vez no relato de algumas empresas.

Posteriormente, os indicadores GRI selecionados, 56 no total, nas dimensões ambiental e social, foram associados aos temas materiais que constam na matriz de materialidade das empresas, conforme representação hierárquica na Figura.

Figura 1: Representação hierárquica dos indicadores de sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

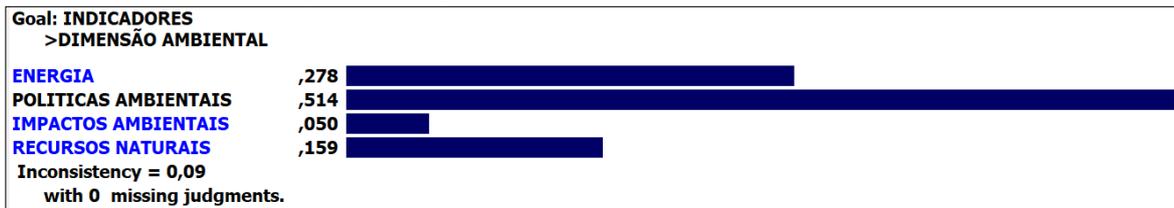
Com a estrutura hierárquica formada, aplicou-se a análise AHP com o uso do Software Expert Choise® com base nas categorias (temas materiais) e subcategorias (indicadores GRI). Na análise dos resultados que seguem, todos os indicadores foram associados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável incorporados na Agenda 2030 (ONU/Brasil 2015) que consta no Guia para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na estratégia de negócios das empresas (SDG Compass, 2015).

3 RESULTADOS

3.1 Dimensão Ambiental

Na estrutura hierárquica formada na dimensão ambiental foram criadas quatro categorias: Políticas Ambientais, Energia, Recursos Naturais e Impactos Ambientais que foram os temas materiais priorizados na matriz de materialidade das empresas. A mensuração destas categorias apresentou os resultados quanto ao grau de importância para as empresas (Figura 2). A partir de cada categoria foram agregadas subcategorias correspondentes aos 22 indicadores GRI selecionados, pela frequência e relevância, no relato das empresas.

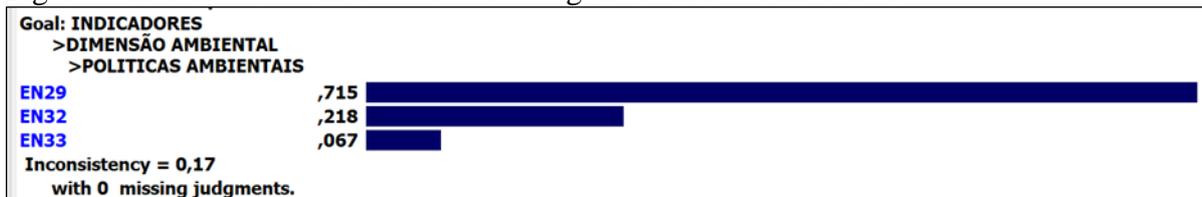
Figura 2: Resultado do grau de importância da Dimensão Ambiental.



Fonte: Autores, dados da pesquisa.

Na categoria Políticas Ambientais o indicador EN29 obteve 71,5% da importância nos relatos, enquanto os indicadores EN32 e EN33 juntos 28,5% (Figura 3).

Figura 3: Resultado dos indicadores da categoria Políticas Ambientais.



Fonte: Elaborado, dados da pesquisa.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável associado a esses indicadores é o que segue: “16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (SDG Compass, 2015).

O resultado de 71,5%, atribuído ao aspecto compatibilidade ambiental (EN29), evidencia que a maioria dos relatórios ambientais procuram fornecer informações sobre a sua compatibilidade com leis e/ ou regulamentos em âmbito internacional, nacional e local. A chamada “conformidade ambiental” é abordada pela norma 307 da GRI que recomenda que as divulgações atestem todos os instrumentos legais relacionados à proteção ambiental, bem como, acordos ambientais voluntários com autoridades reguladoras que venham a substituir novos regulamentos. Da mesma forma, sanções administrativas e judiciais devem ser informadas pelo não cumprimento legal (GRI, 2016).

A conformidade ambiental favorece a imagem pública positiva das empresas, trazendo benefícios nos quesitos custos, com oportunidade de novos negócios, atração de novos clientes e investidores. Internamente, proporciona maior qualificação dos funcionários para procedimentos que resultem em diminuição de impactos ambientais. Cabe aos governos, nacionais e locais, criarem uma estrutura política com legislações ambientais que promovam e incentivem as empresas a melhorar o desempenho ambiental. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2007), essas regulamentações devem ser de fácil compreensão, pois o entendimento dos requisitos legais levará à conformidade, e, conseqüentemente, ao cumprimento de suas obrigações

sem afetar a saúde financeira do negócio, evitando serem penalizadas por multas ou sanções não financeiras.

Quanto aos aspectos conformidade e avaliação ambiental de fornecedores, temos, no Quadro 1, os relatos empresariais relevantes.

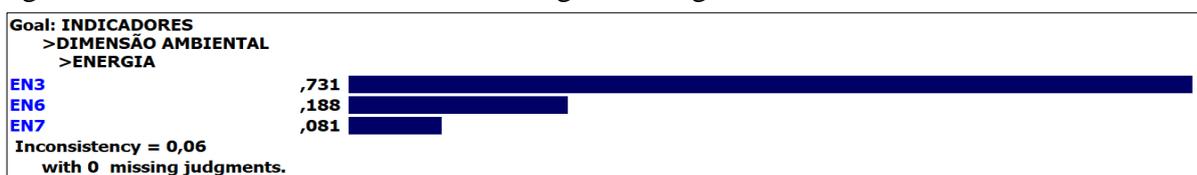
Quadro 1: Relato empresarial dos aspectos conformidade e avaliação ambiental de fornecedores.

EMPRESA	CONFORMIDADE - EN29	AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES - EN32/EN33
COPEL	“A Copel celebrou 3 Termos de Ajustamento de Conduta cuja gestão é de competência das respectivas áreas técnicas da Companhia, assim como estão pendentes de julgamento 104 processos judiciais ou administrativos com objetos relacionados ao cumprimento da legislação ambiental vigente, sendo estes de domínio público e passíveis de consulta por quaisquer interessados” (p. 110).	Em todos os contratos de cessão de mão de obra, os terceirizados passam por processo de integração, no qual a Copel destaca suas exigências contratuais em relação a questões socioambientais [...] O descumprimento gera a suspensão do contrato e o impedimento, por até dois anos, de participar de novas licitações da Companhia. O acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais se dá por meio dos gestores e fiscais de contratos” (p. 66).
CPFL	“Em 2017, o valor monetário gasto com multas ambientais foi de R\$ 45.722,69. Este valor, no entanto, não é considerado significativo. No mesmo período, não houve sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e/ ou regulamentos ambientais” (p. 119).	“Em 2017, 37% dos nossos novos fornecedores foram selecionados com base em critérios ambientais. Avaliamos pela perspectiva ambiental todos os fornecedores considerados como “críticos” – em 2017, este grupo correspondeu a 67 empresas. Em nenhuma delas foram encontrados riscos de impactos ambientais significativos” (p. 53).

Fonte: Autores, dados da pesquisa.

A categoria Energia direcionada às Metas 7.2, da Agenda 2030, que é: “aumentar substancialmente a participação de energia renovável no mix global de energia”, e 7.3: “dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética”, teve os resultados das subcategorias assim contabilizados na Figura 4.

Figura 4: Resultado dos indicadores da categoria Energia.



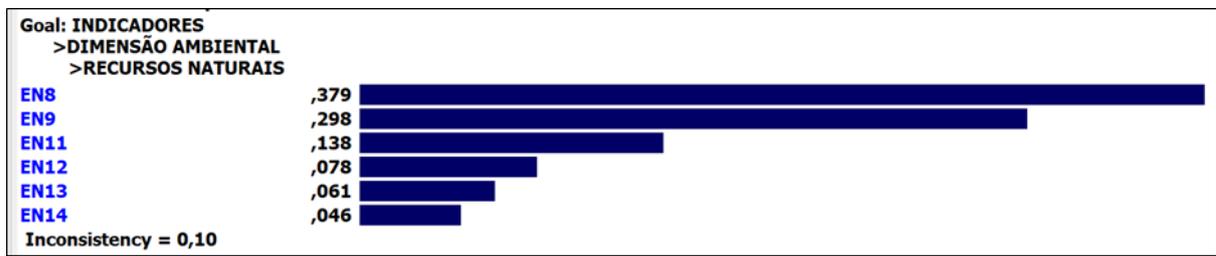
Fonte: Autores, dados da pesquisa.

O consumo direto de energia dentro da organização (EN3), representou a maior preocupação das empresas, seguidos da redução (EN6) e iniciativas para reduzir o consumo (EN7).

Para a GRI, nos indicadores de energia as informações relatadas pelas empresas, visam divulgar, a geração e o consumo de energia a partir de uma fonte de combustível não renovável ou renovável e quantidade de energia comprada consumida pela organização durante o período do relatório (GRI, 2016). Nesse sentido, o relato da Eletrobras corrobora com esses requisitos: “Em 2017, as empresas Eletrobras consumiram 126.891.875 GJ, sendo 84.390.618 GJ (66,5%) em consumo de energia direta e 42.501.257 GJ (33,5%) em energia indireta” (p.92). Da mesma forma o relato da EDP: “Em 2017, os P&S (produtos e serviços) disponibilizados aos clientes em Portugal, Espanha e Brasil conduziram a uma poupança de energia de 214 GWh, evitando a emissão de 85 ktCO₂” (p. 105).

Quanto a categoria Recursos Naturais, o maior percentual nas subcategorias ficou polarizado entre os indicadores referentes a Água, EN8 e EN9 67,7% do total (Figura 5).

Figura 5: Resultado dos indicadores da categoria Recursos Naturais.



Fonte: Autores, dados da pesquisa.

A captação sustentável de água pelas organizações é um dos temas da Agenda 2030 tipificado na Meta 6.4: “Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e garantir a retirada e o abastecimento sustentáveis de água doce...” (SDG Compass, 2015, p.25).

Na gestão corporativa da água devem ser analisados os riscos associados às práticas inadequadas de gerenciamento. Dentre esses riscos estão os financeiros, onde empresas que não possuam planos de gestão da água sofrerão restrições ao acesso de financiamentos, terão taxas de seguros mais altas. Riscos operacionais, com custos de produção maiores, poderão ocorrer, devido à diminuição da disponibilidade, qualidade e confiabilidade do abastecimento de água.

As empresas correm riscos sobre o produto, ao perder participação de mercado para os concorrentes que oferecem produtos impactos menores no ecossistema. Os riscos de reputação podem ameaçar a licença da empresa para operar quando houver litígios públicos sobre uso corporativo da água, envolvendo as comunidades locais e as empresas. As empresas podem sofrer riscos regulatórios, como processos judiciais, sanções pecuniárias, quando a utilização das águas for conflitante com o interesse público (WBCSD, 2012).

A GRI orienta às organizações a divulgarem em seus relatórios o volume total de água retirada por fonte (EN8), como forma de compreender, em escala global, os impactos e riscos potenciais

associados a retirada e ao uso de água por parte da organização. A retirada de água das fontes (EN9), sejam elas, águas subterrâneas, água do mar, produzidas pela organização ou trazidas por terceiros, podem comprometer o meio ambiente como um todo, gerando impactos no entorno onde está situada a organização (GRI, 2018).

Quanto ao aspecto água, as empresas que obtiveram maiores índices de aderência relataram sua conformidade como segue no Quadro 2.

Quadro 2: Relato empresarial sobre aderência ao indicador Água.

EMPRESA	EN8 - TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE
ELETROBRAS	“As empresas ELETROBRAS utilizam água em suas operações e processos administrativos. A água utilizada nas operações é, geralmente, retirada de corpos hídricos superficiais ou de fontes subterrâneas, a partir de outorgas emitidas pelos órgãos competentes” (p.85).
COPEL	“A retirada de água por meio de fontes subterrâneas (76.755m ³) e superficiais (147.268.823 m ³) e água da chuva (108m ³) usadas nas operações de Geração, Transmissão e Distribuição de energia são controladas diretamente pelas subsidiárias” (p.80).
EN9 – FONTES HÍDRICAS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADAS POR RETIRADA DE ÁGUA	
ELETROBRAS	“As empresas ELETROBRAS não afetam significativamente fontes hídricas em suas retiradas de água”.
COPEL	“[...]realiza o monitoramento da qualidade da água do rio antes do início da construção de um novo empreendimento. Esses monitoramentos incluem a análise de sedimentos e agrotóxicos” (p.81).

Fonte: Autores, dados da pesquisa.

Os indicadores analisados na Biodiversidade (EN11, EN12, EN13, EN14), estão referenciados na Agenda 2030 no seguinte objetivo: “15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerenciar florestas de forma sustentável, combater a desertificação e deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (SDG Compass, 2015).

Na pesquisa, o indicador de desempenho EN11 (13,8%), foi o que obteve maior índice de adesão. A GRI (2016) considera relevante, nos aspectos referentes a biodiversidade, o relato de impactos produzidos pelas empresas “em terras situadas dentro de áreas legalmente protegidas, que contenham essas áreas ou sejam adjacentes a elas, assim como áreas de alto índice de biodiversidade fora de áreas protegidas”. O objetivo do relato é o gerenciamento dos impactos e a melhoria da gestão sobre a biodiversidade.

Importante ressaltar que os indicadores EN12 (impactos sobre atividades, produtos e serviços), EN13 (habitats protegidos ou restaurados) e EN14 (número de espécies incluídas em listas de conservação), obtiveram, no total, percentuais baixos (18,5%) dentro da categoria recursos naturais.

Acontece, porém, que é necessário dar prioridade para a integração da biodiversidade na estratégia de negócios empresariais. Fortalecer a governança corporativa para alinhar as estruturas organizacionais na abordagem e gestão da biodiversidade. Fazer a inclusão da avaliação de impactos e gestão de riscos, com a triagem dos riscos, o monitoramento da biodiversidade, medição de impactos externos e internos da atividade. É necessário, também, que as empresas realizem as devidas diligências, a fim de identificar, prevenir ou mitigar e prestar contas de potenciais impactos adversos associados a suas operações, cadeias de suprimentos e outros negócios (OECD, 2019). Quanto a esse aspecto seguem alguns relatos das empresas.

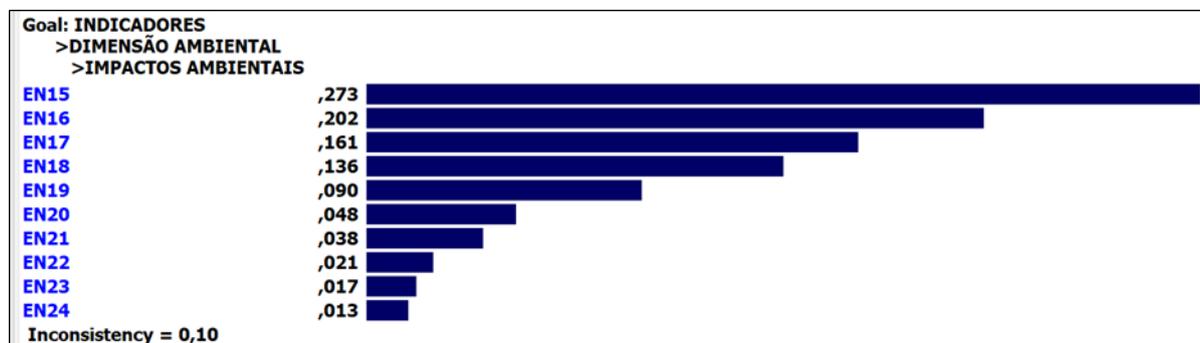
Quadro 3: Relato empresarial quanto ao indicador Biodiversidade.

EMPRESA	BIODIVERSIDADE
ELECNOR	“Autorização prévia para a construção de um parque eólico, os promotores são obrigados a proceder a uma avaliação dos potenciais impactos que o projeto pode causar no seu entorno imediato, incluindo a flora e a fauna. Trabalhamos em estreita colaboração com grupos especializados para garantir empreendimentos compatíveis com o meio ambiente e habitats existentes ” (p.132, Tradução nossa).
COPEL	“A Copel realiza estudos ambientais antes de iniciar a instalação de novos empreendimentos. Os resultados desses estudos permitem a elaboração e a execução de projetos e programas ambientais que visem evitar, mitigar ou minimizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos de seus empreendimentos” (p.84).

Fonte: Autores, dados da pesquisa.

A última categoria analisada foi Impactos Ambientais, que mensurou indicadores relacionados às emissões, efluentes e resíduos. O maior escore (94,8%) no total foi creditado às emissões, sendo somente 5,2% creditados a efluentes e resíduos (Figura 5).

Figura 5: Resultado dos indicadores da categoria Impactos Ambientais.



Fonte: Autores, dados da pesquisa.

Para a GRI (2016), emissões incluem gases de efeito estufa (GEE), substâncias destruidoras da camada de ozônio (ODS), óxidos de nitrogênio (NOX) e óxidos de enxofre (SOX), entre outras emissões atmosféricas significativas. Os temas que abrangem efluentes e resíduos incluem, descargas

de água; a geração, tratamento e disposição de resíduos; e derramamentos de produtos químicos, óleos, combustíveis e outras substâncias.

Os objetivos da Agenda 2030 relacionados aos indicadores, ora analisados, estão discriminados abaixo:

3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.
4. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.
6. Garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
12. Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção.
13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.

A Comissão Europeia (2015) em sua diretiva relativa aos resíduos ressalta que, avançar com políticas para os resíduos pode trazer benefícios significativos: crescimento sustentável, criação de emprego, redução das emissões de gases com efeito de estufa, realização de economias diretas associadas a melhores práticas de gestão de resíduos e melhor ambiente.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) não há um conhecimento preciso da poluição industrial, pois não é feito um monitoramento suficiente de efluentes tanto à nível global, nacional ou regional. Os poucos dados coletados são insuficientes para avaliar o efetivo controle da qualidade da água. A solução seria, ajustar as políticas públicas para combater a poluição na origem e disponibilizar um tratamento das águas residuais, só assim haveria uma proteção da saúde pública e do meio ambiente e o restabelecimento e disponibilidade dos recursos hídricos.

Conforme relato das empresas de energia que ora são analisadas, percebe-se no quadro 4 que ao usar sustentavelmente os recursos hídricos e terrestres, essas empresas estarão contribuindo para atingir os ODS.

Quadro 4. Relato empresarial dos indicadores emissões de efluentes e resíduos da categoria Impactos Ambientais.

EMPRESA	EMISSIONES	EFLUENTES E RESÍDUOS
---------	------------	----------------------

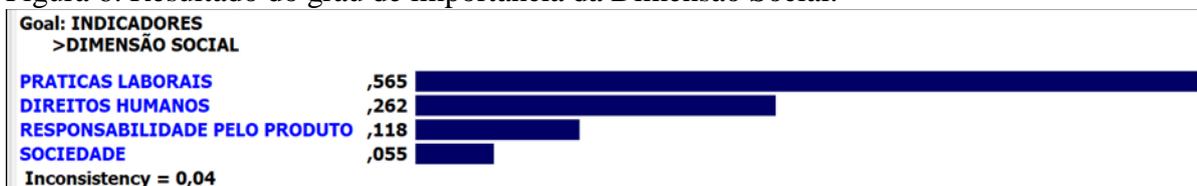
COPEL	“Em 2017 foi verificada redução de 2,86% das emissões, considerando a redução no consumo de carvão e a conclusão de atividades de supressão vegetal na Geração e Transmissão” (p.78).	“Os resíduos gerados nas operações são devidamente segregados e enviados para o armazenamento adequado até sua destinação. Em 2017, a maioria dos resíduos gerados foi destinada para reciclagem por meio do processo de alienação” (p.83).
CPFL	[...a principal fonte de emissão foi a queima de combustível fóssil na EPASA (69%) –a única empresa de geração termelétrica do nosso Grupo – seguido pela supressão de vegetação (27%) e das emissões da queima de biomassa na CPFL Renováveis (7%)” (p.73).	“Não realizamos descarte de efluentes diretamente em corpos d’água” (p.119). “Em 2017, geramos 631 toneladas de resíduos. Deste total, 91% eram perigosos, e 9% não-perigosos” (p.74).

Fonte: Autores, dados da pesquisa

3.2 Dimensão Social

Dentro da estrutura hierárquica dos indicadores de sustentabilidade foram criadas quatro categorias para a análise da dimensão social. A mensuração dessas categorias ficou assim estabelecidas: Práticas Laborais obteve 56,5% de importância para as empresas, ficando Direitos Humanos com 26,2%, Responsabilidade pelo Produto com 11,8% e Sociedade com 5,5% (Figura 6). A cada categoria estabeleceu-se subcategorias, 34 no total, correspondendo aos indicadores sociais da GRI relatados pelas empresas.

Figura 6: Resultado do grau de importância da Dimensão Social.



Fonte: Autores, dados da pesquisa

A categoria Práticas Laborais foi estruturada com 13 indicadores GRI que apresentaram os índices: LA1(22,4%); LA2 (17%); LA3 (15,1%); LA5 (8,3%); LA 6 (10,6%); LA7 (7,9%); LA8 (4,9%); LA9 (4,4%); LA10 (2,3%); LA11 (3,0%); LA12 (1,8); LA13 (1,4%); LA16 (1,0%).

Os indicadores GRI relacionados ao Emprego LA1, LA2 e LA3 foram os que obtiveram juntos o maior percentual de relatos, 54,5% no total. As orientações para esses aspectos estão relacionadas às condições de trabalho oferecidas pelas empresas como práticas inclusivas na contratação de empregados, investimentos da empresa em seus recursos humanos com tempo integral e segurança de emprego após retorno de licença maternidade ou paternidade (GRI, 2016). Os indicadores

relacionados a saúde e segurança no trabalho, LA5, LA6, LA7 e LA8 obtiveram um total de 31,7% de relatos entre as empresas. Esses indicadores estão relacionados aos ODS conforme objetivos:

3. Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.
4. Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.
8. Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Alguns episódios de relatos relacionados aos indicadores supracitados estão descritos no quadro 5.

Quadro 5: Relato empresarial dos indicadores da categoria Práticas Laborais.

LA1 - NÚMERO TOTAL E TAXAS DE NOVAS CONTRATAÇÕES E ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS	
COPEL	“O fator mais representativo na alteração do quadro funcional foi a decisão da Administração da não reposição das vagas de empregados desligados. Diante disso, optou-se pela otimização do quadro, por meio de movimentações internas e liberação de reposição de vagas somente em casos excepcionais ou caráter de contratação legalmente obrigatória” (p.42).
CPFL	“Ao final de 2017, contávamos com 12.8621 pessoas em nosso time” (p.45). “Em 2017, o nosso índice de rotatividade foi de 17%, enquanto o nosso índice de contratação foi de 18%” (p.46).
LA2 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS DE TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A EMPREGADOS TEMPORÁRIOS OU EM REGIME DE MEIO PERÍODO	
ELECNOR	“O Plano de Remuneração Flexível (PCF) com horário flexível, horário reduzido no verão e auxílio-estudo são alguns dos benefícios sociais que a Elecnor proporciona a todos os seus colaboradores” (pág. 99, Tradução nossa).
EDP	“O Grupo EDP atribui a todos os colaboradores, de todas as geografias, um conjunto de benefícios alinhados com as necessidades dos mesmos e associadas ao seu ciclo de vida e do seu agregado familiar[...]: (1) o acesso a sistemas de proteção e cuidados de saúde complementares aos serviços públicos de saúde de cada país e (2) os planos complementares de reforma, seguros de acidentes pessoais e de vida, entre outros benefícios” (p.115).
LA3 - TAXAS DE RETORNO AO TRABALHO E RETENÇÃO APÓS UMA LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE, POR GÊNERO.	

ELETRONBRAS	“Em 2017, aderimos ao Programa Empresa Cidadã, do governo federal, buscando contribuir para a eliminação de discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho, e ampliamos a licença paternidade de 5 para 20 dias” (p.100).
COPEL	“Todos os empregados próprios da Copel têm direito à licença parental. A empresa adota o benefício de seis meses para as mulheres e de 20 dias para os homens. Além disso, no caso das mulheres, após o retorno da licença, a jornada de trabalho é reduzida para seis horas por sessenta dias, para amamentação” (p.45).

Fonte: Autores, dados da pesquisa

A categoria Direitos Humanos foi estruturada em nove subcategorias que apresentou os seguintes índices: HR1(27,2%), HR2 (20,3%), HR3 (15,4%), HR4 (10,7%), HR5 (8,3%), HR6 (6,8%), HR8 (5,3%), HR11 (3,6%), HR12 (2,5%). Os objetivos dos ODS estão descritos:

1. Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e meninas.

8. Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

A categoria Responsabilidade pelo Produto apresentou as seguintes subcategorias e respectivas avaliações: SO9 (12,4%), SO10 (52,9%), PR1 (24,3), PR5 (6,4%), PR9 (3,9%). Os ODS associados a esses indicadores são o 16 e o 12. “12. Garantir padrões sustentáveis de consumo e produção”. A empresa ELECNOR, em consonância ao indicador PR5 relatou que, “[...pesquisas com clientes são realizadas para medir sua satisfação e descobrir os aspectos mais valorizados e os que podem ser melhorados” (p. 121, tradução nossa). O mesmo se deu com a CPFL quanto ao indicador SO10: “Em 2017, avaliamos 67 empresas com relação aos seus impactos sociais; em nenhuma delas foram identificados impactos sociais negativos significativos reais e potenciais” (p. 125).

Na categoria Sociedade as subcategorias foram assim definidas e mensuradas: SO1 (39,3%), SO2 (25,1%), SO3 (13,9%), SO4 (9,2%), SO5 (5,9%), SO8 (3,6%), PR8 (2,9%).

As subcategorias SO1, SO2 e SO3 obtiveram juntas 78,3% dos relatos. Seus indicadores correspondentes, analisam os programas de envolvimento comunitário e avaliam os impactos negativos do desenvolvimento local e os riscos relacionados à corrupção.

O indicador SO8 retrata multas e sanções não monetárias como leis, e regulamentos relacionados a fraudes contábeis, discriminação no local de trabalho ou corrupção, não cobertos pelos indicadores G4-EN29 e G4-PR9. Os indicadores SO4 e SO5 com 15,1% juntos representam os casos de corrupção, as políticas e procedimentos para combatê-la. O menor índice, 2,9% foi computado ao indicador PR8 que se refere a proteção da privacidade do cliente. Esses indicadores correspondem ao objetivo 16 dos ODS.

Após todos os resultados obtidos, chega-se a um resultado final onde os indicadores da Dimensão Social corresponderam a 83,3% de importância para as empresas, enquanto a Dimensão Ambiental recebeu 16,7% de preferência.

3.3 Discussão

A partir dos resultados obtidos algumas reflexões sobre o desempenho dos indicadores socioambientais das empresas podem ser discutidas.

Para Lehtonen (2015), os indicadores são usados para formulação de políticas a partir de dados pré-existentes que definem, avaliam e comparam as melhores opções na tomada de decisões. Para o autor, existem condições prévias para o uso instrumental dos indicadores como: “relevância para a sociedade, qualidade científica e técnica, mensurabilidade, especificidade de contexto e adaptabilidade” (SEAFORD, 2013). Mas esses indicadores ficam à margem das políticas de governo, e mais precisamente, fora da participação das partes interessadas.

Numa perspectiva crítica, segundo Boiral e Henri (2015, p. 07), “as organizações são moldadas pelas relações de poder e pelo controle sobre as normas e valores que estruturam as práticas de gestão”, portanto, “a informação divulgada pelas organizações não pode ser transparente, e tende a refletir os interesses organizacionais mais do que as expectativas das partes interessadas”.

Os resultados obtidos na análise dos indicadores socioambientais dos relatórios analisados indicam que há um forte desempenho em algumas categorias que representam oportunidades, em detrimento de outras que representam riscos.

Ao analisarmos a dimensão ambiental dos relatórios, os indicadores apresentam um índice de 51,4% de preferência. Em relação aos indicadores EN29, EN32 e EN33 referentes as políticas ambientais, o indicador EN29 vinculado aos valores de multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais obteve 71,5% de importância, apresentando melhores índices e qualidade na divulgação. As empresas multinacionais estão cumprindo normas de responsabilidade

corporativa internacionais e nacionais, tendo em vista que há um risco legal de causar impacto nas pessoas e no meio ambiente, o que reflete diretamente nos negócios.

Nos relatórios, as empresas tentam passar uma imagem positiva ante a eventos ambientais adversos. Descrevem situações de “ações mitigatórias” (EDP, 2017, p.36); “não existência de incidências” (ELEC NOR, 2017, p.174); “...não houve sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e/ ou regulamentos ambientais” (CPFL, 2017, p.119). Ficam nos textos dos relatórios a falta de clareza nos dados divulgados em relação aos fatos ocorridos e sua solução. Em estudo realizado por Boiral (2013), na análise de relatórios de sustentabilidade como um instrumento de ocultação dos problemas reais de desenvolvimento sustentável e projeção de uma visão idealizada das situações das empresas, o autor constata que os relatórios apresentam aos leitores informações breves e factuais, com relatos muito curtos quando se refere a fatos que geram impactos.

Na categoria referente a energia os relatórios destacam os indicadores com 27,8% de preferência. Nas subcategorias, os indicadores com maiores destaques (73,1%), são os referentes ao consumo direto dentro das empresas (EN3). Observa-se que as empresas ao economizarem seu consumo direto de energia enaltecem sua preocupação ambiental e redução de custos operacionais. Isso se observa quando há o argumento que “objetivo de apoiar projetos para redução e melhor aproveitamento dos recursos naturais, sensibilizando as diversas áreas da Companhia e indo ao encontro da diretriz estratégica de obtenção de excelência em custos, processos e qualidade” (COPEL, p.80). Existe, assim, uma preocupação em demonstrar atos altruístas, mas que na realidade buscam valorizar a imagem e reputação positiva em relação a sua responsabilidade socioambiental corporativa (LEYGUE, FERGUSON e SPENCE, 2017).

Na categoria Recursos Naturais os indicadores referentes a água, EN 8 e 9 apresentaram juntos um índice de 67,7% de importância nos relatos das empresas. Há de se ressaltar que a preocupação das empresas é com os aspectos da captação (qualidade da água) e de uso, tanto no consumo administrativo como na implantação de seus empreendimentos. Não há informações ou dados, mais evidentes nos relatos, sobre os empreendimentos eólicos, quanto a retirada e/ou consumo e utilização de água.

Em relação aos indicadores de biodiversidade EN11, 12, 13 e 14, houve um índice de apenas 32,3% de preferência. Mesmo a GRI (2016) considerar relevante o relato de impactos produzidos pelas empresas, ao integrar a biodiversidade na estratégia dos negócios não há uma metodologia de avaliação clara, credível e consistente dos impactos advindos de suas atividades. A EDP, por

exemplo, relata que: “...depois que a instalação entrar em operação, através de um programa de vigilância ambiental adequado, os impactos reais são avaliados e, no caso de se necessário, são tomadas as medidas apropriadas” (2017, p.132).

Para a OECD (2019), as empresas que mencionam a biodiversidade em seus relatórios raramente divulgam impactos internos, mas apenas riscos e oportunidades para seus negócios. Uma empresa precisará auferir seus impactos e dependência da biodiversidade e os benefícios de suas ações para abordar e superar esses impactos (SMITH et al, 2018).

O último aspecto da dimensão ambiental analisado foram os Impactos Ambientais que apresentaram 5% de prioridade entre os indicadores. Dentro desta categoria, dos indicadores analisados, emissões obteve 94,8% de divulgação enquanto efluentes e resíduos resultaram em 5,2% de relatos.

Em pesquisa realizada sobre a percepção dos investidores sobre relatórios de sustentabilidade relacionados a emissões de água e GEE (gases do efeito estufa), a GRI (2019), destaca que os investidores procuram as empresas que são transparentes ao divulgarem seus impactos ambientais e as medidas tomadas para a melhoria do seu desempenho ambiental. Quando os princípios de relato, (comparabilidade, pontualidade, confiabilidade e consistência), não são obedecidos nas divulgações, há uma desconfiança dos investidores, inibindo os negócios. O estudo demonstra que há uma sobreposição entre as informações relatadas e a estrutura, métricas e indicadores nos relatórios GRI. Os investidores estão interessados, não só em metas e métricas quantitativas, mas sim na qualidade da interpretação dos dados e na prospecção de cenários para mitigação de riscos.

Uma importante reflexão a esse respeito é dada por Lehtonen, Sébastien e Bauler (2016) quando argumentam, que o uso de indicadores na formulação de políticas nem sempre produzirão os efeitos desejados. Há um caminho a ser percorrido entre o processo de criação do indicador, seu uso e sua influência, o que pode não ocorrer, sobre a política segmentada das empresas.

Bossel (1999) ressalta que a busca por indicadores para um sistema significa assegurar que os orientadores básicos (temas materiais) sejam viabilizados. Esses indicadores devem ser representativos pois servirão para oferecer informações ao sistema sobre as ameaças que possam acontecer aos orientadores básicos e a capacidade de resposta a ser dada antes que ocasionem danos.

Na dimensão social os resultados obtidos na categoria Práticas Laborais apresentaram um índice de preferência nos indicadores de 56,5%. Os indicadores referentes ao emprego (LA1, LA2, LA3)

representaram 54,5% das divulgações. As empresas em seus relatórios, ao prestar contas às partes interessadas, procuram legitimar o gerenciamento de seus recursos humanos com as diretrizes internacionais, regionais e locais (PARSA et al, 2018).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017), no que concerne a promoção do emprego, recomenda em seu princípio 16 que as empresas multinacionais em países em desenvolvimento devem ater-se a criar oportunidades de emprego e atender as normas dos países onde atuam, bem como, preservar a segurança do emprego.

Considerando alguns relatos, algumas empresas pesquisadas não mencionam o perfil dos contratados, o porquê dos desligamentos e rotatividade. Talvez a falta de informações seja pelos impactos negativos que possa acarretar na reputação da empresa perante aos clientes, aos próprios funcionários ativos e na captação de novos e bons talentos para a organização. Isso seria um indicador de que o gerenciamento dos assuntos internos pode comprometer a obtenção dos objetivos organizacionais.

No quesito, Saúde e Segurança no Trabalho, os índices alcançaram 31,7% dos relatos. Promover as boas condições no ambiente de trabalho com a eliminação dos riscos à saúde e segurança de seus funcionários, é uma das preocupações das empresas analisadas. As empresas estão atreladas as Leis e Acordos que regulam o trabalho, quer em nível internacional, regional ou local. Para a OIT (2014), a saúde e segurança no trabalho está inserida num campo multidisciplinar dedicado à “antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de perigos decorrentes do local de trabalho ou a partir do local de trabalho que possam prejudicar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores”, considerando que isso possa acarretar “impactos nas comunidades vizinhas e meio ambiente”.

Os indicadores relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho não apresentam informações precisas sobre quais doenças estão relacionadas a ocupação dos trabalhadores, tais como: tipos de acidentes e lesões mais frequentes. Algumas empresas apresentam apenas dados estatísticos sem referir-se diretamente as lesões e/ou acidentes e fatalidades, como nos seguintes relatos: “Apesar deste triste quadro, é possível observar que a maioria dos acidentes registrados no período foi de pequena gravidade” (CPFL, p.44). “Temos a meta de reduzir o número de acidentes por milhão de horas-homem de exposição ao risco nas empresas Eletrobras de 2,23 em 2017 para 1,38 em 2018” (ELETROBRAS, 2017, p.104).

Em estudo organizado por O’Neill, McDonald e Deegan (2015, p.185) que estudaram os procedimentos pelos quais as organizações traduzem os resultados das lesões relacionadas ao trabalho

em números contábeis, afirmam que “o crescente interesse das partes externas no gerenciamento de lesões corporativas impulsionou um ambiente institucional caracterizado pela demanda do público e dos investidores por responsabilidade social corporativa”. O resultado disso foi a redução de relatos e falta de transparência sobre lesões graves que podem servir como uma manobra para ocultar dos investidores os riscos e danos à segurança ocupacional, o que pode afetar a reputação e resultados financeiros.

A segunda categoria de importância dentro da dimensão social são os Direitos Humanos que obteve 26,2% dos indicadores relatados. Dentro da categoria, os indicadores referentes às relações comerciais externas das empresas, ou seja, seus investimentos, que incluem contratos com cláusulas de direitos humanos e treinamentos de empregados ou procedimentos relacionados aos direitos humanos, obtiveram 47,5% de importância. A responsabilidade corporativa das empresas multinacionais exige que elas: “... (ii) procurem prevenir ou atenuar impactos adversos aos direitos humanos que estejam diretamente ligados às suas atividades, produtos ou serviços pelas suas relações comerciais, mesmo que não tenham contribuído para esses impactos” (OIT, 2017, p.05). Da mesma forma estas empresas: “...deveriam utilizar o seu poder de influência para encorajar os seus parceiros de negócio a proporcionar meios eficazes de reparação para as violações dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos” (OIT, 2017, p.18).

Mas a questão é avaliar se os mecanismos contratuais contribuem para um melhor desempenho dos direitos humanos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR, 2015, p.06), apontou as vantagens de considerar e integrar os riscos de direitos humanos nas negociações. Tais vantagens são:

- a) Facilitar a identificação e a gestão precoce do potencial do investimento e o impacto negativo do projeto nos direitos humanos;
- b) Ajudar a estabelecer papéis e responsabilidades claros para a prevenção e mitigação de qualquer impacto potencial e a solução quando isso ocorre;
- c) Ajudar as partes a fazerem avaliações e alocações de custos apropriados para a prevenção, mitigação e reparação de quaisquer impactos negativos sobre os direitos humanos;
- d) Facilitar a cooperação e o gerenciamento efetivo de questões à medida que surgem ao longo do ciclo de vida do projeto;
- e) Aumentar os benefícios gerais do projeto, incluindo os direitos humanos.

Quanto ao treinamento de empregados, há registro na maioria dos relatórios de número de horas e pessoas que cumpriram treinamentos em diversas áreas, mas restringe ou não apresenta, qual o

número de funcionários que concluíram esses treinamentos. Esta questão converge para o relato seguinte da EDP (p.114): “Durante 2017, a EDP para desenvolver os seus colaboradores, proporcionou 473.078 horas de formação”.

Quando é necessário priorizar, no caso dos direitos humanos, as empresas devem começar pelos impactos que sejam mais graves, “reconhecendo que uma resposta tardia pode afetar a capacidade de reparo” (OECD, 2018, p.49).

A categoria Responsabilidade pelo Produto obteve 11,8% de importância em seus indicadores. Nessa categoria há uma evidência de que as empresas tentam omitir seus impactos sobre a sociedade. Tal é o relato a seguir: “a EDP não trabalha com fornecedores de alto risco. Ao longo do processo de consulta, os fornecedores de alto risco são excluídos” (2017, p.79).

Mas, o que se questiona aqui é: “se um comprador ao concordar com cláusulas específicas de direitos humanos com seu fornecedor, significaria que um fornecedor de segundo nível (ou subcontratado) estaria vinculado por essas cláusulas” (SCHELTEMA, 2018). Para o autor, “o desafio é medir o desempenho dos direitos humanos de um fornecedor” pois as “informações sobre o desempenho do fornecedor estão indisponíveis ou insuficientes”. Em relação a estas percepções prossegue o relato:

A EDP segmenta os requisitos de sustentabilidade mínimos específicos de cada contrato, através de critérios de criticidade. Cada atividade contratada é tipificada em relação ao acesso do fornecedor a clientes EDP, ao equipamento técnico/locais de trabalho da EDP, a dados sensíveis, à exposição a riscos de Segurança e Saúde, riscos Ambientais e riscos Éticos, de Direitos Laborais e Humanos (EDP, 2017, p.80).

A dificuldade, portanto, estaria nas empresas terem acesso a essas informações ou uma disposição contratual que implemente uma obrigação do fornecedor de fornecer essas informações (SCHELTEMA, 2018).

No contexto da categoria Sociedade, os índices foram os mais baixos tendo seus indicadores correspondentes 5,5%. Os indicadores dessa categoria, que tratam do envolvimento das comunidades locais e os impactos negativos sobre essas comunidades, foram os mais relatados com 64,4%.

Alguns relatos, como os de avaliação de impactos, apresentam informações conflitantes. A Copel (p. 69), por exemplo, declara que: “Em 2017, 80% das operações da Copel realizaram investimentos em ações de engajamento, avaliações de impacto...”. No entanto, logo a seguir, nas p.70, 71, 72 e 73,

onde apresenta as principais iniciativas sociais, há descrição e objetivos dos programas, grupos de stakeholders impactados, números de pessoas impactadas e se possui avaliação de impacto. Do total de 18 programas descritos, 11 não possuem avaliação. Percebe-se aqui a ênfase da imagem projetada da empresa para terceiros, e não na integração substancial das práticas de comunicação, o que não conduzem à transparência” (BOIRAL, 2013, p.5).

Outra questão analisada nos relatórios, foi a falta de metodologia clara para avaliação dos impactos. Ou há uma ocultação da avaliação, ou apenas uma avaliação superficial. A CPFL (2017, p.124) relata que: “Possuímos mecanismos para avaliar os impactos positivos e negativos dos nossos empreendimentos e investimos constantemente em ações de engajamento das comunidades e desenvolvimento local”. Na mesma diretriz é o relato da ELEC NOR (2017, p.142): “[...o Grupo está comprometido com o diálogo, a comunicação, o respeito e a gestão adequada dos impactos” (tradução nossa).

Como bem acentuam Esteves, Franks e Vanclay (2012), os dados primários são ferramentas fundamentais para produzir informações que identifiquem as necessidades das comunidades locais para que forneçam avaliações que sejam significativas em termos de confiabilidade e validade. Os autores sugerem que “...em muitas organizações, os gerentes de projetos responsáveis pelo comissionamento e entrega de avaliações de impacto geralmente têm pouca experiência social” (ibid., p.36).

4 CONCLUSÕES

Ao longo do artigo foi feito um delineamento descritivo dos relatórios de sustentabilidade, ano/base 2017, de cinco empresas de energia eólica atuantes no Sul do Brasil com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI-G4). Em todos os relatórios foram analisadas as matrizes de materialidade das empresas e sua operacionalização na elaboração dos indicadores socioambientais e que no contexto geral da pesquisa, foi possível observar que as diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade GRI-G4 foram aplicadas a todos os relatórios analisados.

Quanto a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, das cinco empresas analisadas, quatro (ELETROBRAS, COPEL, CPFL e EDP) aderiram aos ODS, outra (ELEC NOR) não relacionou os ODS ao relatório. No que se refere ao envolvimento dos Stakeholders na elaboração dos relatórios, todas as empresas relataram que possuem canais de diálogo, engajamento e envolvimento dos públicos de interesse. No entanto, a COPEL relatou que para a elaboração da materialidade retomaria a consulta em 2018.

O estudo sugere, portanto, que é fundamental o envolvimento das partes interessadas que sejam peças-chave na implementação de políticas das empresas. Isso inclui tomadores de decisões com habilidades e conhecimentos adequados para encontrar e desenvolver soluções para as questões relevantes que impactam no desenvolvimento e atingimento dos objetivos traçados no planejamento estratégico das empresas.

Com uma equipe bem estruturada e coesa, os tomadores de decisões tendem a avaliar as alternativas diante dos cenários de possibilidades, escolhendo o melhor caminho para a tomada de ações. Nesse processo de escolha, a identificação de riscos inerentes faz-se necessário com a apresentação de dados factíveis que permitam a execução de ações mitigatórias.

No tocante a matriz de materialidade e indicadores correspondentes, já afirmamos no decorrer da pesquisa que: “faltam informações sobre a relevância dos indicadores para os temas materiais”. Constata-se que a matriz de materialidade é apresentada formalmente como uma “folha espelho” a ser seguida. Há, portanto, uma preocupação em não atribuir importância para temas materiais que possam gerar impactos negativos para a organização. Não existe claramente nos relatórios uma ferramenta que demonstre ou forneça uma avaliação quantitativa dos impactos numa extensão maior. Esses dados quantitativos que são captados dos indicadores podem servir para contextualizar qualitativamente as informações coletadas.

Da mesma forma, não são apresentados ou explicados, como os resultados poderão trazer contribuições para os tomadores de decisão. Faltam descrições que possam informar os efeitos, tanto ambientais como sociais das ações tomadas, para que haja projeções preliminares com opções de alternativas que possam ser implementadas para o alcance das metas.

Os resultados obtidos representam a importância relativa, ou seja, dos indicadores ambientais e sociais num dado período temporal, relatórios ano/base/2017 que, em diferentes momentos ou situações, podem apresentar mudanças significativas.

O estudo apresentou algumas limitações internas e externas, como a seleção da amostra da pesquisa que poderia ter sido maior, mas optou-se por esta redução para que houvesse maior aprofundamento da análise qualitativa.

Sugere-se que outras avaliações de desempenho sejam aplicadas em trabalhos futuros, com o uso das metodologias aqui apresentadas, valendo-se de outros critérios na formulação de categorias e subcategorias, bem como, num período maior de análise.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/7706> Acesso em: 24/02/2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2004, 229p.
- BELLEN, Hans Michel van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2.ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BELL, Simon; MORSE, Stephen. **Sustainability Indicators: Measuring the Immeasurable?** 2nd. Ed. Londres: Earthscan Publications Limited, 2008.
- BOIRAL, O. & Henri, J. (2015). **Is Sustainability Performance Comparable? A Study of GRI Reports of Mining Organizations**. Disponível em: <https://corpus.ulaval.ca/jspui/bitstream/20.500.11794/10908/2/Is%20sustainability%20performance%20comparable%20A%20study%20of%20GRI%20reports%20of%20mining%20organizations.pdf> . Acesso em: 08/2/2020.
- BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRIreports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2013, Volume26, Número 7, pp. 1036-1071. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258820463_BoiralO2013_Sustainability_reports_as_simulacra_A_counteraccount_of_A_and_A_GRI_reports_Accounting_Auditing_Accountability_Journal_267_1036-1071 DOI: 10.1108 / AAAJ-04-2012-00998. Acesso em: 08/2/2020.
- BOSEL, H. Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications. 1999. **International Institute for Sustainable Development** 161 Portage Avenue East, 6th Floor. Winnipeg, Manitoba, Canada. Disponível em: <https://www.iisd.org/sites/default/files/publications/balatonreport.pdf> Acesso em: 24/2/2020.
- BOSEL, Hartmut. Indicators for sustainable development — a systems analysis approach. In: **Peter Bartelmus (Ed). Unveiling Wealth On Money, Quality of Life and Sustainability**. Kluwer Academic Publishers. 2003. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/epdf.pub_unveiling-wealth-on-money-quality-of-life-and-sustainability.pdf Acesso em: 29/8/2019.
- CLARKSON, Peter M.; FANG, Xiaohua.; LI, Yue; RICHARDSON, Gordon. The relevance of environmental disclosures: Are such disclosures incrementally informative? **Journal of Accounting and Public Policy**, 32(5), 410–431. 2013. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2013.06.008 Disponível em: <https://espace.library.uq.edu.au/view/UQ:309604> Acesso em: 20/11/2019.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos**. 2015. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:c2b5929d-999e-11e5-b3b7-01aa75ed71a1.0004.02/DOC_1&format=PDF Acesso em: 06/11/2019.
- COPEL. Companhia Paranaense de Energia. **Relatório anual e de Sustentabilidade 2017**. Disponível em: <https://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Fsustentabilidade%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F4915E1324578514B032574240060322D> Acesso em: 06/5/2019.
- CPFL. Energias Renováveis S/A. **Relatório de sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.cpflrenovaveis.com.br/> Acesso em: 06/5/2019.
- EDP. Energias de Portugal, S/A. **Relatório de sustentabilidade 2017**. Disponível em: https://www.edp.com/sites/default/files/portugal.com/relatorio_de_sustentabilidade_2017_pt.pdf Acesso em: 06/5/2019.

- ELECNOR/ENERFIN. **Relatório de sustentabilidade 2017**. Disponível em: <https://www.elecnor.com/relatorios-anuais> Acesso em: 06/5/2019.
- ELETROBRAS. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. **Relatório de sustentabilidade 2017**. Disponível em: <http://www.elektrobras.com/relatorio-sustentabilidade-2017/> Acesso em: 06/5/2019.
- ESTEVES, A.M., Franks, D. & Vanclay, F. 2012. Social impact assessment: The state of the art. **Impact Assessment & Project Appraisal** 30(1), 35-44. <http://dx.doi.org/10.1080/14615517.2012.660356>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14615517.2012.660356> Acesso em: 20/2/2020.
- FONTAINE, M. 'Corporate social responsibility and sustainability: the new bottom line?'. **International Journal of Business and Social Science**, Vol. 4, No. 4; April 2013. pp.110-119.
- GOEL, Mridula; RAMANATHAN, PREETI, E.. Business Ethics and Corporate Social Responsibility – Is there a Dividing Line?, **Procedia Economics and Finance**, Volume 11, 2014, PAGES 49-59, ISSN 2212-5671, [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00175-0](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00175-0). Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212567114001750>. Acesso em: 22/5/2018.
- GRI. **Consolidated set of gri sustainability reporting standards 2016**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/consolidated-set-of-gri-standards/> Acesso em: 01/10/2019.
- GRI. *Global Reporting Initiative. Materiality: what topics should organizations include in their reports?* 2014. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/Materiality.pdf> Acesso em: 28/7/2018.
- GRI. **GRI 303: Water and Effluents 2018**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/gri-303-water-and-effluents-2018/> Acesso em: 04/11/2019.
- GRI. **GRI 307: Environmental compliance 2016**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/gri-307-environmental-compliance-2016/> Acesso em: 02/11/2019.
- GRI. *Towards more and better reporting. Annual report 2018*. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/2019/Towards%20more%20and%20better%20reporting%20-%20GRI%20Annual%20Report%202018.pdf> Acesso em: 26/7/2019.
- HAMEDINGER, Alexander; ASTLEITHNER, Florentina. The Analysis of Sustainability Indicators as Socially Constructed Policy Instruments: benefits and challenges of 'interactive research', **Local Environment**, 8:6, 627-640, 2003. DOI: 10.1080/1354983032000152734. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/cloe20>. Acesso em:16/3/2018.
- LEHTONEN, Markku (2013) The non-use and influence of UK energy sector indicators. **Ecological Indicators**, 35. pp. 24-34. ISSN 1470-160X. Disponível em: http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/49327/1/UK_Energy_Sector_Indicators_%E2%80%93_accepted_version.pdf Acesso em: 26/9/2019.
- LEHTONEN, Markku (2015). **Indicators: tools for informing, monitoring or controlling?** Disponível em: http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/54033/1/Lehtonen_2015_-_final.pdf. Acesso em: 01/2/2020.
- LEHTONEN, Markku; SÉBASTIEN, Léa; BAULER, Tom. The multiple roles of sustainability indicators in informational governance: between intended use and unanticipated influence. Current Opinion in **Environmental Sustainability**, Elsevier, 2016, 18, pp.1 - 9.

ff10.1016/j.cosust.2015.05.009ff. fhal-01511021. Disponível em: <https://hal-univ-tlse2.archives-ouvertes.fr/hal-01511021/document> Acesso em: 24/2/2020.

LEYGUE, C., Ferguson, E., & Spence, A. (2017). Saving energy in the workplace: Why, and for whom? **Journal of Environmental Psychology**, 53, 50-62. doi: 10.1016 / .jenvp.2017. 06.006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494417300798> Acesso em: 10/2/2020.

LOCK, I., & Seele, P. (2016). The credibility of CSR (corporate social responsibility) reports in Europe. Evidence from a quantitative content analysis in 11 countries. **Journal of Cleaner Production**, 122, 186–200. doi:10.1016/j.jclepro.2016.02.060. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616002377> Acesso em: 23/9/2019.

MEADOWS, D. Indicators and Information Systems for Sustainable Development. Hartland/VT: **Sustainability Institute**. 1998. Disponível em: https://www.iisd.org/pdf/s_ind_2.pdf Acesso em: 08/03/2018.

O'NEILL, S., McDonald, G. and Deegan, C. (2015). 'Lost in Translation: Institutionalised Logic and the Problematisation of Accounting for Injury'. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, 28(2): 180 -209. DOI: 10.1108/AAAJ-03-2014-1625 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276321578_Lost_in_translation_Institutionalised_logic_and_the_problematisation_of_accounting_for_injury Acesso em: 15/2/2020.

OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Biodiversity: Finance and the Economic and Business Case for Action**, report prepared for the G7 Environment Ministers' Meeting, 5-6 May 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/resources/biodiversity/Annexes-Biodiversity-Finance-and-the-Economic-and-Business-Case-for-Action.pdf> Acesso em: 05/11/2019.

OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Guía de la OCDE de Debida Diligencia para una Conducta Empresarial Responsable**. 2018. Disponível em: <https://mneguidelines.oecd.org/Guia-de-la-OCDE-de-debida-diligencia-para-una-conducta-empresarial-responsable.pdf> Acesso em; 17/2/2020.

OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development. **Small Businesses and Environmental Compliance**. Review and Possible Application of International Experience in Georgia. Paris, 2007. Disponível em: <https://www.oecd.org/countries/georgia/42072908.pdf> Acesso em: 01/11/2019.

OECD. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – Rumo a um desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais. Tradução Ana Maria Teles, Salvador (Centro de Recursos Ambientais); Série **Cadernos de referência ambiental**; v.9, 2002. 244 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/27/45/2345364.pdf>. Acesso em: 02/11/2016.

OHCHR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. 2015. **Principles for responsible contracts integrating the management of human rights risks into state and investor contract negotiations. Guidance for negotiators**. Disponível em: https://www.ohchr.org/Documents/Publications/Principles_ResponsibleContracts_HR_PUB_15_1_EN.pdf Acesso em: 23/2/2020.

OIT. **Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social**. Quinta edição, 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/empent/areas/mne-declaration/lang-es/index.htm> . Acesso em: 23/5/2018.

- OIT. **Improving health in the workplace: ILO's framework for action.** 2014. Disponível em: https://www.ilo.org/safework/info/publications/WCMS_329350/lang--en/index.htm Acesso em: 14/2/2020.
- ONU. Informe de Síntesis de 2018 sobre el Objetivo de Desarrollo Sostenible 6 relacionado con el agua y el saneamiento. **Resumen ejecutivo.** Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/UNWater_SDG6_Synthesis_Report_2018_Executive_Summary_SPA.pdf Acesso em: 07/11/2019.
- ONU/Brasil. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em: 22/2/2018.
- PARSA, S., Roper, I., Muller-Camen, M., & Szigetvari, E. (2018). Have labour practices and human rights disclosures enhanced corporate accountability? The case of the GRI framework, **Accounting Forum**, Volume 42, Issue 1, 2018, Pages 47-64, ISSN 0155-9982, <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2018.01.001>. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0155998217300236> Acesso em: 12/2/2020.
- RADHOUANE, I., Nekhili, M., Nagati, H., & Paché, G. (2018). Customer-related performance and the relevance of environmental reporting. **Journal of Cleaner Production**, 190, 315–329. doi:10.1016/j.jclepro.2018.04.149. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-cleaner-production/vol/190/suppl/C> Acesso em: 20/11/2019.
- SAATY, T.L. 'Decision making with the analytic hierarchy process', *Int. J. Services Sciences*, Vol. 1, No. 1, pp.83–98, 2008. Disponível em: www.rafikulislam.com/uploads/.../197245512559a37aadea6d.pdf Acesso em: 05/12/2018.
- SHELTEMA, Martijn. **The Mismatch between Human Rights Policies and Contract Law: Improving Contractual Mechanisms to Advance Human Rights Compliance in Supply Chains.** Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Business/WGSubmissions/2018/MartijnScheltema.pdf> Acesso em: 21/2/2020.
- SDG Compass. **Inventory of Business Indicators.** 2015. Disponível em: <https://sdgcompass.org/business-indicators/> Acesso em: 11/11/2019.
- SEAFORD, C. (2013), 'The multiple uses of subjective well-being indicators', **Social Indicator Research**, 114, 29–43. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1007/s11205-013-0381-0> Acesso em: 01/2/2020.
- SÉBASTIEN, Léa; BAULER, Tom; LEHTONEN, Markku. Can indicators fill the gap between science and policy? An exploration of the (non) use and (non) influence of indicators in EU and UK policymaking. **Nature and Culture**, 9 (3). pp. 316-343. 2014. ISSN 1558-6073. <https://doi.org/10.3167/nc.2014.090305>.
- SMITH, T., Addison, P.; Smith, M. & Beagley, L. (2018) Mainstreaming international biodiversity goals for the private sector: Main Report & Case Studies, **JNCC Report No. 613**, JNCC, Peterborough, ISSN 0963-8091. Disponível em: <http://data.jncc.gov.uk/data/6dc272c2-c9b3-4f2c-8eac-94215f259e19/JNCC-Report-613-FullReport-Final-WEB.pdf> Acesso em: 10/2/2020.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** / Augusto Nivaldo Silva Trivifios. São Paulo: Atlas, 1987.
- WBCSD. Future Leaders Program 2014. **Journey to materiality.** Enabling tomorrow's sustainability business leaders. Disponível em: http://wbcserver.org/wbcserverpublications/cd_files/datas/capacity_building/flt/pdf/WBCSD_FLP_2

014_Journey%20to%20materiality.pdf /

http://wbcsdserver.org/wbcsdpublications/cd_files/datas/capacity_building/flt/pdf/WBCSD_FLP_2

014_Journey%20to%20materiality.pdf Acesso em: 22/8/2018.